

Greve dos professores da UFRRJ chega ao fim, apesar de não ter havido acordo com o Governo Federal. Categoria não aprova o conteúdo do Projeto de Lei imposto pelo MEC.

Páginas 2 e 3

CRÉDITO DAS FOTOS DA CAPA: ALINE PEREIRA



CONSU e CEPE aprovam proposta docente para reposição das aulas na Rural. Início do calendário letivo do segundo semestre de 2005 na Universidade é 17 de janeiro.

Leia também nesta edição:

Retrospectiva da Greve de 2005: principais momentos.

Páginas 3 a 5

Considerações do CNG/ANDES-SN sobre o Projeto de Lei.

Página 6

CNG/ANDES-SN avalia greve do Movimento Docente.

Páginas 7 e 8

O que você precisa saber sobre a greve das Universidades Públicas brasileiras, e a mídia de grande circulação não divulga.

Páginas 9 e 10

GREVE DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS:

Mesmo sem acordo entre ANDES-SN e governo, greve das Universidades Públicas Federais chega ao fim

A greve dos professores da UFRRJ chegou ao fim no último dia 19 de dezembro, depois de mais de noventa dias de paralisação na Universidade. Esta foi uma decisão de Assembléia da Categoria, que, em 15 de dezembro passado, também deliberou encaminhar ao Sindicato Nacional a sugestão de transformar o Comando Nacional de Greve (CNG) em Comando Nacional de Mobilização (CNM), para acompanhar o trâmite do Projeto de Lei que dispõe sobre o reajuste docente, no Congresso.

Em nova assembléia da Associação, realizada no dia 19/12, os professores apresentaram uma proposta de calendário, estabelecendo o início das atividades para reposição das aulas do segundo período letivo de 2005, em 17 de janeiro de 2006. Tal proposta foi encaminhada ao CEPE (Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão), que, durante reunião realizada em 21 de dezembro, decidiu aprová-la.

De acordo com a deliberação nº127 do CEPE, o novo calendário da UFRRJ apresenta-se da seguinte forma:

- 17/1/06 – Início do segundo período letivo de 2005
- 17/5/06 – Término do segundo período letivo de 2005
- 22/5/06 – Prazo final para a divulgação dos conceitos
- 05/6/06 – Início do primeiro período letivo de 2006

Na mesma ocasião, o CONSU “decidiu assegurar os direitos dos alunos matriculados para o segundo período letivo de 2005 de cursar, de acordo com o Calendário Acadêmico ora reformulado, as disciplinas lecionadas na forma da Deliberação nº 85, de 22/8/2005, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão”. Isso significa que todos os alunos, inclusive aqueles que aderiram à greve, têm garantido o direito de reposição das aulas, ainda que alguns professores tenham ministrado suas disciplinas, normalmente, durante o período de greve.

Movimento docente em alerta: combatividade e luta em defesa dos professores

A ADUR-RJ também foi à luta com mais 39 Instituições Federais de Ensino Superior filiadas ao ANDES-SN, que reivindicavam o aumento linear de 18%, incorporação das gratificações e contratação de docentes, além da criação da classe de Professor Associado.

O Comando Nacional de Greve do ANDES-SN buscou negociar com o governo federal, por intermédio do MEC, tendo como prioridade a defesa



CRÉDITO: ANDES-SN

dos princípios de paridade entre os salários dos ativos, aposentados e pensionistas, bem como a isonomia entre os docentes das carreiras de ensino fundamental e médio (1º e 2º graus) e do magistério superior. O governo federal, contudo, tentou dividir o movimento docente e impediu o CNG/ANDES-SN de participar da negociação com o SINASEFE (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional), para tratar da pauta dos professores de ensino médio e fundamental, também filiados ao Sindicato Nacional.

Em mais um ato de intransigência, o governo encerrou as negociações com o ANDES-SN. Foi quando o Ministro da Educação, Fernando Haddad, em mais uma medida arbitrária, encaminhou um Projeto de Lei (PL) ao Congresso, destinando R\$ 650 milhões (R\$ 150 milhões a mais do que o valor de R\$500 milhões – oferecido como o máximo do limite orçamentário, durante as negociações com o ANDES-SN) para o reajuste salarial da categoria.

O Projeto de Lei – que “altera a estrutura e a remuneração da Carreira do Magistério Superior pertencente ao Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, de que trata a Lei nº7.596, de 10 de abril de 1987” – contempla, segundo o Ministro, *as principais* propostas:

a) reestruturação da carreira docente em cinco classes (I - Professor Titular; II - Professor Associado; III - Professor Adjunto; IV - Professor Assistente; V - Professor Auxiliar). Para a progressão para a classe de Professor Associado, o candidato deve preencher alguns requisitos mínimos, como estar “há, no mínimo, dois anos no último nível da classe de Professor Adjunto; possuir o título de Doutor e ser aprovado em avaliação de desempenho acadêmico”.

b) A remuneração será distribuída de acordo com a titulação do professor, sendo os seguintes percentuais incidentes sobre o valor do vencimento básico e não das gratificações: “75%, no caso de possuir o título de Doutor ou de Livre-Docente; 37,5% no de grau de Mestre; 18% no de certificado de especialização; e 7,5% no de certificado de aperfeiçoamento”.

c) Alteração dos números de pontos da GED (Gratificação do Estimulo à Docência) dos professores aposentados, que passará a 115 pontos.

De acordo com a avaliação do ANDES-SN, o “envio do Projeto de Lei (PL

6.368/05) ao Congresso Nacional demonstra a intransigência do governo e evidencia sua deliberação de não atender, democraticamente, às reivindicações do movimento, passando a responsabilidade da resolução do impasse aos parlamentares. O PL protocolado no Congresso aprofunda ainda mais as distorções salariais entre os docentes, pois exclui os professores de 1º e 2º graus, dilui os reajustes propostos aos docentes do 3º grau nos meses de janeiro, maio e julho de 2006, não garante a recuperação da paridade salarial aos aposentados e, o que é pior, reduz o vencimento básico, sobre o qual incidem todas as gratificações que compõem nossa remuneração”.

O Comando Nacional de Greve, em seu comunicado nº 46 (19/12/05), divulgou que a partir das indicações feitas por algumas AG, o CNG/ANDES-SN decidiu “*atuar junto à sociedade civil e ao Congresso Nacional para denunciar o processo autoritário que deu origem ao PL, bem como a discordância do Movimento Docente com seu conteúdo, uma vez que ele fere, frontalmente, os princípios da isonomia e paridade*”.

Assim, após o duro embate entre o Sindicato Nacional e o governo, as associações de docentes filiadas ao ANDES-SN, por decisão de assembleia, retiraram-se da greve – que entra para a história do movimento docente como uma das mais longas paralisações da categoria, nos últimos anos. Na avaliação do CNG do ANDES-SN, “*a greve encerrou-se com a certeza de que demos visibilidade à situação dramática do ensino superior público brasileiro, evidenciada pelas reduzidas verbas para investimento nas instituições federais de ensino superior. O movimento docente permanecerá alerta e disposto a enfrentar os desafios para alcançar as suas reivindicações*”.

Retrospectiva da Greve de 2005: principais momentos

- **19 de agosto:** Representantes de quarenta seções sindicais estiveram em Brasília, na reunião do Setor das IFES, e aprovaram o indicativo de greve para o dia 30 de agosto, por 27 votos favoráveis, 3 contrários e 5 abstenções. O representante da ADUR-RJ levou a deliberação da assembleia dos docentes da entidade – realizada no dia 04/8/05 – que não aprovou o indicativo de greve para a segunda quinzena de agosto.
- **25 de agosto:** Em assembleia, a ADUR-RJ aprova o indicativo de greve sem data e a instalação da Assembleia Geral Permanente e do Comando Local de Mobilização, com o intuito de aprofundar o debate e mobilizar a categoria para a importância da luta e das reivindicações da Campanha Salarial de 2005.
- **30 de agosto:** Instalação do Comando Nacional de Greve do ANDES-SN. A Diretoria do ANDES-SN solicitou que as seções sindicais que tivessem deflagrado greve indicassem delegados e observadores para participar do CNG. Na ocasião, 33 sindicatos da base da FASUBRA (Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras) e 4 seções sindicais do SINASEFE (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional) já estavam em greve.
- **01 de setembro:** Em Assembleia Geral Permanente da ADUR-RJ, que teve como único ponto de pauta a greve das IFES do ANDES-SN, a plenária deliberou pela permanência do indicativo de greve sem data.
- **05 de setembro:** Por meio do ofício nº 492/2005/MSN/SEAD/MEC, o Ministério da Educação comunicou formalmente aos integrantes do Grupo de Trabalho do MEC – criado no final de 2004 para tratar das incorporações das gratificações ao salário da categoria – a sua proposta de reajuste: a) aumento de 50% dos atuais percentuais de titulação, a partir de janeiro de 2006; b) estabelecimento de um cronograma de incorporação da Gratificação de Atividade Executiva - GAE; c) transformação daquele GT em GT-Carreira, que elaboraria a proposta de reestruturação da carreira do magistério superior, contemplando, entre outras, a criação da classe de professor associado”.
- **08 de setembro:** Em reunião, os Comandos Nacionais de Greve do ANDES-SN e do SINASEFE debateram os pontos da pauta de reivindicação docente e decidiram enviar um ofício ao MEC solicitando *audiência conjunta* das entidades com o Governo. O documento apresentava também os pontos em comum, e também os específicos, da pauta de reivindicações dos dois Comandos Nacionais de Greve.
- **30 de setembro:** O ANDES-SN participou de mais uma reunião do GT do MEC, com representantes do governo federal, da ANDIFES e do Proifes – este último convidado indevidamente pelo governo. O Ministro Fernando Haddad esteve presente por 15 minutos e afirmou que a greve nas IFES era um transtorno para o governo, esperando entrar em acordo com o ANDES-SN em duas ou três rodadas de negociação. Na ocasião, o governo apresentou uma proposta de reajuste de 50% nos percentuais da gratificação de titulação dos docentes, sendo que somente para 2006. Com esse reajuste, a recomposição média dos salários deverá ser de 9,47%, segundo o MEC. *O reajuste salarial reivindicado pelos docentes era de 18% sobre o salário base e não sobre o percentual da gratificação de titulação.* Na proposta do governo, o impacto sobre a folha de pagamento será de aproximadamente R\$396 milhões ao ano.
- **06 de outubro:** Os professores da UFRRJ aprovaram a deflagração imediata da greve da categoria, durante a Assembleia Geral Permanente. Na ocasião, mais de trinta Universidades públicas já estavam em greve.
- **07 de outubro:** O CNG do ANDES-SN reuniu-se com representantes do Ministério da Educação. A presidente do ANDES-SN relatou as avaliações das seções sindicais filiadas ao Sindicato Nacional acerca da proposta apresentada pelo governo no último dia 30/9, que foi rejeitada por todas as assembleias das seções sindicais do ANDES-SN. A proposta do governo foi considerada um retrocesso em relação ao que já havia sido discutido com autoridades do MEC, que já sinalizaram posições favoráveis em relação à paridade e à isonomia da categoria docente. Além disso, a proposta foi apresentada pelo governo sem que o relatório final do GT do MEC fosse concluído e não contemplava o ano de 2005.

- **11 de outubro:** Houve uma reunião da Comissão Técnica do MEC com o Comando Nacional de Greve (CNG) do ANDES-SN. Representantes do Proifes (Fórum de Professores das IFES) também participaram deste encontro, que teve por objetivo esclarecer a proposta apresentada pelo governo, na reunião de 30 de setembro, acerca das possibilidades do uso de recursos financeiros disponibilizados pelo Ministério da Educação. Na ocasião, houve uma assembleia da ADUR-RJ, quando o plenário recusou a proposta do governo.
- **14 de outubro:** O MEC formaliza o aumento do valor disponível para negociação com os docentes de 3º grau de R\$395 milhões para R\$500 milhões. Contudo, a paridade e a isonomia permanecem desrespeitadas pelo Ministério da Educação. O ANDES-SN afirma que esses recursos são insuficientes para o atendimento da pauta de reivindicações da categoria e que, pela elevação dos incentivos à titulação, grande parte dos professores ficou sem qualquer reajuste ou com ganhos abaixo da inflação. Para tentar resolver tal inclusão sem abandonar a proposta original, o MEC optou pela alteração de valores dos pontos da GED para professores com graduação, especialização, aperfeiçoamento e mestrado.
- **17 de outubro:** O encaminhamento sugerido pelo CNG/ANDES-SN era o de que as seções sindicais discutissem em Assembleia a priorização da pauta de reivindicações da categoria, com o objetivo de orientar as negociações com o governo. O CNG/ANDES sugeriu a seguinte ordem de prioridade para ser discutida nas AD: **1º - incorporação das gratificações ainda em 2005 (equiparação da GED e GEAD pelos seus valores mais altos e suas incorporações + incorporação da GAE); 2º - reajuste linear de 18% sobre o vencimento base, ainda em 2005; 3º - abertura de concurso público para recomposição do quadro permanente; 4º - criação da classe de professor associado e da classe de professor especial, por ocasião da discussão sobre carreira + retomada dos anuênios.** Esta proposta foi apreciada durante a Assembleia Geral Permanente da ADUR-RJ, em 17 de outubro, e aprovada pela maioria. Ainda nesta data, o Conselho Universitário (CONSU) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, decidiu, por unanimidade, manifestar sua profunda preocupação com a situação das Instituições Federais do Ensino Superior, apoiando a greve dos professores e de servidores técnico-administrativos da UFRRJ.

CRÉDITO: ANDES-SN



- **19 de outubro:** O CNG do ANDES-SN se reuniu com o Ministro da Educação, Fernando Haddad, e os representantes do SESu (Secretaria da Educação Superior), Nelson Maculan Filho e Ronaldo Mota. Fernando Haddad disse ter ficado otimista em relação à nova oferta

do Ministério da Educação – que apresentou, em 11 de outubro, um acréscimo de R\$108 milhões à primeira proposta de R\$395 milhões. Contudo, essa nova proposta de R\$503 milhões não é suficiente para o encerramento da greve docente. Na ocasião, o ANDES-SN apresentou uma contraproposta ao MEC. Marina Barbosa, presidente do Sindicato Nacional, disse que as assembleias de docentes das bases do ANDES-SN rejeitaram a proposta do governo, esclarecendo que os docentes têm expectativa de que alguns dilemas centrais que atingem o salário dos professores fossem solucionados. Segundo Marina Barbosa, a nova proposta do MEC apresenta sérios problemas em relação aos professores do ensino médio, fundamental e do magistério superior, gerando distorções que dificultam a construção de uma proposta de carreira. Além disso, o valor disponibilizado pelo MEC seria aplicado apenas em 2006. Pela proposta do governo, os docentes também não receberão o reajuste, considerando a reposição da inflação do período. Eles lembraram ao Ministro que a categoria esperava que o MEC fosse capaz de apresentar soluções que resolvessem esse impasse e que atendessem às reivindicações dos docentes.

- **20 de outubro:** Professores aprovam Moção de Repúdio contra a presença de outras entidades na Mesa de Negociação com o governo e reafirmam o Comando Nacional de Greve do ANDES-SN como o legítimo porta-voz da categoria.
- **21 de outubro:** O MEC responde negativamente à contraproposta do Sindicato Nacional e reapresenta a mesma proposta de 14 de outubro. Em ofício enviado ao CNG, o MEC informou que mantinha os critérios de distribuição do valor já liberado (R\$500 milhões) para os docentes, promovendo somente pequenas alterações percentuais.
- **25 de outubro:** A Assembleia da ADUR-RJ, por unanimidade, novamente refutou a proposta do governo e aprovou os encaminhamentos propostos pelo CNG/ANDES-SN de intensificar a greve e aumentar a mobilização.
- **26 de outubro:** O CNG/ANDES-SN e o Ministério da Educação reuniram-se. Marina Barbosa afirmou que a base do Sindicato Nacional, por decisão de Assembleias Gerais, manteve a posição contrária à proposta do governo e favorável à contraproposta apresentada pelo CNG/ANDES-SN – que propõe um passo em direção à incorporação das gratificações com a criação de uma gratificação fixa, isonômica e paritária. A presidente do ANDES-SN afirmou que o MEC tem procurado desqualificar a contraproposta do CNG/ANDES-SN, quando atribui a ela custos de R\$1,3 bilhões no orçamento do governo. Na mesma data, o ANDES-SN protocolizou outro documento no MEC, onde afirma que o impasse nas negociações tem sido causado pelo governo.
- **27 de outubro:** O CNG do Sindicato Nacional dos Docentes (ANDES-SN) apresentou os cálculos que indicam ser viável o atendimento às reivindicações da categoria, aos técnicos do Ministério da Educação. Inicialmente, ao analisar a base de dados usada pelos técnicos do MEC para calcular os impactos na equiparação da GED/GEAD em seus valores mais altos, a Comissão Técnica do CNG constatou um erro de interpretação e de cálculo, por parte do governo. Este não considerou a diferença entre as classes, aplicando os valores da GED de professores titulares para professores adjuntos, o que implicou um

equivoco de aproximadamente R\$100 milhões. O CNG também verificou que o MPOG (Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão) trabalha com o percentual de impactos em sentenças judiciais da ordem de 33%, enquanto os técnicos do MEC, como a Comissão Técnica do CNG, operam com o índice de 17%. Constatou-se que o MEC errou nos cálculos e na divulgação da informação de que a proposta apresentada pelo CNG/ANDES-SN acarretaria o impacto orçamentário de R\$ 1,3 bilhões. Ao final da reunião, os técnicos do MEC assumiram que iriam refazer os cálculos acerca do impacto orçamentário da proposta do CNG/ANDES-SN. Segundo o Sindicato Nacional, “mesmo utilizando-se a metodologia adotada pelo governo, de acordo com estudos realizados pelo CNG, a equiparação da GED e da GEAD, pelos valores máximos por titulação e reajuste de 18% no vencimento básico custa respectivamente: a) equiparação GED e GEAD: R\$ 222,6 milhões, incluindo todos os docentes de 1º, 2º e 3º graus (R\$ 181,2 milhões para o 3º grau e R\$ 41,4 milhões para 1º e 2º graus); b) reajuste de 18% no Vencimento Básico: R\$ 618 milhões (R\$ 509,2 milhões para 3º grau e R\$ 108,8 para 1º e 2º graus). Isto totaliza R\$ 840,6 milhões (R\$ 690,4 milhões para 3º grau e R\$ 150,2 milhões para 1º e 2º graus)”.

- **04 de novembro:** O CNG/ANDES-SN e o MEC reuniram-se novamente, para dar prosseguimento às negociações de greve. De acordo com o MEC, não haveria qualquer possibilidade orçamentária para além dos R\$ 500 milhões já oferecidos pelo governo – valor que não contemplaria a reivindicação docente. O governo reapresenta a mesma proposta anterior, sem considerar a contraproposta do ANDES-SN.
- **08 de novembro:** Em Assembléia da ADUR-RJ, a maioria aprovou a permanência da greve dos professores da UFRRJ. A Diretoria da ADUR-RJ encaminhou uma proposta que foi aprovada pelos presentes: enviar ao CNG/ANDES-SN a sugestão de se remeter para todas as AG, para a deliberação nacional, a possibilidade de paralisar, coletivamente, o vestibular.
- **10 de novembro:** Pela terceira vez, a proposta do governo foi rejeitada pela base do ANDES-SN. Em mais uma etapa de negociação entre o MEC e o Comando Nacional de Greve do ANDES-SN, a presidente do Sindicato Nacional, Marina Barbosa, afirmou que o governo se manteve “rígido e intransigente” em relação às demandas prioritárias da categoria. “Para nós, o MEC perdeu a grande oportunidade de resolver o conflito. Ele reapresentou sua proposta pela segunda vez; as assembleias rejeitaram e apresentaram alternativas que somam um montante um pouco acima do que o ministério está apresentando. Nesse sentido, pareceu-nos que o MEC está sendo mais uma vez intransigente”, disse a dirigente. Além de rejeitar a proposta do MEC, as assembleias decidiram manter a greve e reafirmar as reivindicações. “Não há sinais de esgotamento, e há disposição de nossa parte para seguir a negociação”, salientou Marina Barbosa.
- **14 de novembro:** Os comandos de greve do ANDES-SN, FASUBRA e SINASEFE, e o Comando de Greve e Mobilização dos estudantes das IFES, com o apoio de estudantes que participavam do Fórum Nacional de Entidades de Pedagogia (Fonepe), promoveram, em frente ao MEC, uma manifestação. Neste dia, o Ministério completava 75 anos de existência.



CRÉDITO: ANDES-SN

- **16 de novembro:** O MEC encerrou as negociações com o movimento grevista dos docentes de Ensino Superior Federal e anunciou o envio de um Projeto de Lei (PL) ao Congresso Nacional com as propostas do governo para o reajuste salarial dos professores.
- **17 de novembro:** Em assembleia da ADUR-RJ, os professores reafirmaram a greve docente. Os presentes foram informados de que os representantes do CLG da ADUR, do SINTUR e do DCE reuniram-se com a administração da Universidade para discutir o vestibular; e que a administração e a Comissão do Vestibular da UFRRJ defendem a não paralisação da seleção para 2006.
- **23 de novembro:** Os professores aprovaram, em assembleia da ADUR-RJ, a manutenção da greve na UFRRJ.
- **24 de novembro:** O MEC e o SINASEFE assinam proposta de acordo, garantindo um reajuste linear de 12% para os docentes do 1º e 2º graus.
- **28 de novembro:** Em assembleia da ADUR-RJ, os professores deliberaram pela permanência na greve. Também aprovaram o envio de uma Moção de Repúdio ao governo, devido ao fato de o CNG/ANDES-SN não poder participar das negociações, em conjunto com o SINASEFE.
- **01 de dezembro:** O ANDES-SN solicita audiência com o Presidente Lula.
- **05 de dezembro:** Os professores, em assembleia da ADUR-RJ, reafirmaram a greve docente na Universidade. Servidores técnico-administrativos da UFRRJ retornam às atividades, após 110 dias de paralisação.
- **08 de dezembro:** Em assembleia da ADUR-RJ, os professores aprovaram a continuidade da greve e o envio ao CNG da discussão de saída unificada da greve.
- **15 de dezembro:** A ADUR-RJ aprova, em assembleia, a saída de greve para o dia 19 de dezembro.
- **19 de dezembro:** Término da greve na UFRRJ e em outras IFES do Brasil.
- **20 de dezembro:** O ANDES-SN divulga nota pública sobre o término da greve nas IFES e reafirma que os docentes não aceitaram o Projeto de Lei apresentado pelo governo. ■

Considerações do CNG/ANDES-SN sobre o Projeto de Lei nº 6.368/05

O Projeto de Lei do governo, protocolizado na Câmara dos Deputados em 08/12, sob o nº 6.368/05, formaliza a proposta do MEC para os docentes do magistério do ensino superior, rejeitada pelas AG por três vezes consecutivas.

O Projeto de Lei tramita em regime de poder conclusivo, conforme esclarecimentos contidos no documento *Informações Técnicas sobre o Trâmite do PL*, já encaminhado para as Seções Sindicais. Em 14/12, fomos informados pela Secretaria Geral da Mesa da Câmara que o colégio de líderes não atribuiu ao PL a condição de urgência política.

Caso não votado neste ano legislativo, e se não estiver incluído na pauta da convocação extraordinária em janeiro, o PL só poderá ser apreciado no próximo ano legislativo. Essa situação poderá levar o governo a emitir uma MP (Medida Provisória), caso pretenda manter o compromisso assumido publicamente.

O PL define que o aumento de 50% nos incentivos de titulação incidirá a partir de janeiro de 2006, a classe de professor associado e o aumento do vencimento básico do professor titular incidirão a partir de maio, e os aumentos nos valores dos pontos da GED e a elevação da pontuação de 91 para 115 para aposentados e pensionistas serão implantados a partir de julho do mesmo ano. O PL modifica leis vigentes: Lei 7.596/87 (PUCRECE); Lei 9.678/98 (GED) e revoga a Lei 8.243/91 (percentuais das titulações).

A assessoria jurídica do ANDES-SN participou da reunião, no dia 15/12, do CNG/ANDES-SN e prestou esclarecimentos sobre o conteúdo do PL, especialmente no tocante aos aumentos de incentivos de titulação. Ao contrário de modificar a Lei 8.243/91, o governo optou por revogá-la, apresentando no PL nova redação para a definição dos percentuais de titulação. Na Lei em vigor, o parágrafo 1º do artigo 1º tem a seguinte redação:

*“O **vencimento** [grifo nosso] a que faz jus o docente integrante da Carreira do magistério Superior **será acrescido** [grifo nosso] dos seguintes percentuais, incidentes sobre os valores de vencimentos constantes da tabela anexa, e conforme nela especificados:*

a) quanto à titulação:

- 1. 50%, no caso de possuir o título de doutor ou de livre-docente;*
- 2. 25%, no de grau de mestre;*
- 3. 12%, no de certificado de especialização (...).”*

Já no texto do PL, tem-se:

“Art. 3º O docente integrante da Carreira de Magistério Superior fará jus, conforme a titulação, aos seguintes percentuais incidentes sobre o valor do vencimento básico:

I - setenta e cinco por cento, no caso de possuir o título de Doutor ou de Livre-Docente;

II - trinta e sete vírgula cinco por cento, no de grau de Mestre;

III - dezoito por cento, no de certificado de especialização; e

IV - sete vírgula cinco por cento, no de certificado de aperfeiçoamento(...).”

A assessoria jurídica alertou que a nova redação permite uma interpretação de que o vencimento básico restringe-se à tabela do anexo II do PL, e que os percentuais de titulação sejam complementos e não componentes do vencimento básico. Isto pode ter implicação, por exemplo, no cálculo da GAE e dos anuênios, com redução da remuneração do professor, ferindo o dispositivo constitucional que determina sua irredutibilidade. Alertou-nos de que a redação da lei em vigor (8.243/91) nos dá total garantia de ter a titulação no interior do vencimento básico.

Os assessores jurídicos admitem que o PL deverá ser votado após a aprovação da lei orçamentária anual de 2006 (LOA 2006). Na hipótese de o Congresso não aprovar ou rejeitar o PL, os recursos orçados permanecerão à disposição do governo. Considerando que o PL refere-se apenas aos professores da carreira do magistério do ensino superior e que o acordo do SINASEFE com o MEC ainda não se formalizou em instrumento de lei (PL ou MP), não existe possibilidade de, no Congresso Nacional, reunir os montantes financeiros previstos para cada um desses dois segmentos. O pagamento diferenciado da GED para ativos e para aposentados e pensionistas é inconstitucional, e esta é a tese que está sendo defendida nas ações que as seções sindicais têm na justiça. A elevação de 91 para 115 pontos na GED para os aposentados e pensionistas manterá a GED não paritária e, portanto, inconstitucional. Isto poderia ser questionado e mudado no PL, durante sua tramitação, ou questionado na justiça após a sua aprovação. Os assessores jurídicos alertam para as possibilidades de manobras no Congresso que levem a um veto do executivo, o que poderia resultar para os aposentados perderem o aumento para 115 pontos na GED.

A compreensão da assessoria jurídica é a de que se deve manter a luta no judiciário, mas que não se deve arguir, nesse momento, a inconstitucionalidade no STF, pois as decisões dessa instância têm poder vinculante e não admitem recurso.

Estas são algumas das informações que devem ser consideradas nas decisões do Movimento Docente em relação ao Projeto de Lei. ■

FONTE: Comunicado do CNG/ANDES nº 46, de 19/12/05



NA INTERNET:

Se você estiver curioso e quiser ler o Projeto de Lei proposto pelo governo, na íntegra, acesse o endereço eletrônico:

http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pl_reajuste.pdf

CNG/ANDES-SN avalia greve do Movimento Docente

Deflagrada em 30 de agosto, a greve nacional dos docentes das IFES chega ao seu fim. Ao todo, foram 112 dias de paralisação e, portanto, esta foi a mais longa de todas as greves realizadas pelos docentes das IFES, desde 1980. **A principal questão a ser tratada neste momento é o significado desta jornada de luta.** O debate sobre a avaliação da greve deve começar a tratar dos desdobramentos da luta e dos desafios que se apresentam desde já. O CNG/ANDES-SN apresenta sua contribuição a este debate que deve ser aprofundado nas seções sindicais, **desaguando na próxima reunião do setor das IFES, que deverá ocorrer no início do próximo ano e que organizará as lutas de 2006.**

Certamente, a greve poderia ter sido mais curta; poderia, até mesmo, não ter ocorrido. Para isso, bastaria ao governo negociar efetivamente com as entidades sindicais dos servidores federais. Mas, para isso, seria necessário ter outra política econômica que resguardasse os interesses dos trabalhadores, que privilegiasse a satisfação das necessidades da maioria da população e que, no caso específico, defendesse a universidade pública. Não há negociações em períodos fora de greve. A opção política do governo de se submeter aos interesses do capital financeiro com a conseqüente geração crescente de recordes de superávit primário, de privatização de tudo o que é público, não lhe permite atender nossas reivindicações. Por isso, a greve, mais uma vez, se impôs como necessidade, e a luta vai continuar presente no cotidiano da vida dos professores.

Ainda que o MEC tente difundir a falaciosa noção de que a culpa dos transtornos causados pela greve é do movimento docente, reafirmamos que a responsabilidade pelo prolongamento da greve é exclusivamente do descaso do governo com o caráter público da universidade, uma vez que têm sido as lutas dos docentes, dos estudantes e dos servidores técnico-administrativos, e, especialmente, as greves que têm assegurado a própria permanência da universidade como uma entidade pública e de qualidade. Diante da intransigência e truculência do governo, não restou outro caminho que não fosse o da greve na luta pelo atendimento às reivindicações.

A greve, mesmo em um contexto adverso, conquistou um espaço significativo nos meios de comunicação; despertou a atenção do público em relação aos problemas que envolvem a universidade pública, demonstrando o descaso do governo em relação aos que nela trabalham, conquistando, assim, a solidariedade de diversos segmentos da sociedade.

CRÉDITO: ANDES-SN



A deflagração e a saída de greve correspondem às decisões soberanas dos professores tomadas democraticamente nas assembleias de base. Os membros do atual governo, há muito, se afastaram da democracia e, persistentemente, desrespeitam-na, como também desrespeitam a autonomia sindical, fazendo do conflito existente em torno de uma pauta de reivindicações um enfrentamento político e ideológico, como tantas vezes foi denunciado pelo CNG/ANDES-SN.

O governo Lula criou, em 2003, o sistema nacional de negociações permanente entre ele e os servidores públicos federais, constituindo uma

mesa central (MNNP) e mesas setoriais. Praticamente dissolveu a MNNP durante a campanha salarial de 2004, encaminhando as entidades sindicais para negociações específicas em cada ministério. No MEC, a mesa setorial foi também dissolvida unilateralmente, com o governo impedindo a participação do ANDES-SN nas negociações salariais referentes aos docentes da carreira de 1º e 2º graus. A tática de dividir os trabalhadores e buscar cooptá-los é prática antiga do patronato, que este governo composto em parte por ex-sindicalistas adota e aprofunda de forma aberta e recorrente.



CRÉDITO: ANDES-SN

A greve e as ações nela desenvolvidas mostraram todo o esforço para impedir as divisões impostas pelo governo e suas tentativas de cooptação de parte do movimento docente. E por não ter êxito nessa política junto ao movimento docente, o governo estimulou a criação de uma outra entidade e a promoveu à condição de representante sindical com direito a participação nas mesas de negociação.

Determinou o governo que não haveria reajuste este ano, e que todas as negociações deveriam dar-se em relação ao orçamento de 2006. Isto é, os resultados da campanha salarial de 2005 passam para 2006. O Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, foi categórico ao afirmar na MNNP que, em 2006, não haverá negociações salariais com os servidores, pois elas já deveriam ter sido resolvidas em 2005. Como 2006 é o último ano do atual governo, ele não pretende negociar efeitos financeiros para 2007. Com exceção dos servidores do Legislativo, que obtiveram êxito na derrubada do Veto do Presidente à lei que lhes concedeu reajuste em 2005, todos os demais servidores ficaram sem reajuste em 2005, e os resultados de suas negociações ficaram para 2006, aí incluídos os professores, com os quais o governo rompeu negociações.

Em que pesem os esforços realizados, no primeiro semestre deste ano, para a construção de uma mobilização unificada dos servidores federais, as diversas greves havidas ocorreram em períodos diferentes. No primeiro semestre, fizeram greve os servidores da base da CONDSEF, da FENASPS, da CNTSS e da ASSIBGE. No segundo semestre, as greves se concentraram na educação, nas bases da FASUBRA, do SINASEFE e do ANDES-SN, além das lutas de outros segmentos. A mobilização unificada dos SPF seria a possibilidade mais eficaz de fazer o governo recuar e conceder algum reajuste em 2005. As conquistas das greves e lutas de todos os segmentos do serviço público federal, como já mencionado acima, ficaram para 2006. Para atender a todas as despesas de pessoal com impacto em 2006, a Lei Orçamentária Anual (LOA), ainda não votada pelo Congresso, deverá prever recursos orçamentários, que ultrapassem R\$ 3 bilhões.

O governo faz retórica em suas campanhas publicitárias de que valoriza o servidor público e que investe bilhões de Reais para a sua melhoria salarial, escamoteando, evidentemente, que não houve reajuste em 2005 e que, mesmo para 2006, a ordem de recursos destinados para reajustes salariais dos servidores resulta das lutas por eles travadas. Foi isso que aconteceu como conseqüência de nossa greve.

Os montantes financeiros que deverão estar destinados no orçamento de

2006 para os professores das carreiras de 1º e 2º graus e do magistério do ensino superior, que somam R\$ 790 milhões (*), são resultantes da greve, tanto da base do ANDES-SN como da base do SINASEFE. Este resultado se destaca entre os obtidos pelos demais segmentos numericamente significativos dos servidores, perdendo apenas para algumas categorias, como é o caso dos servidores do Banco Central, que obtiveram um bom resultado com uma greve relativamente curta. Enfatizamos, portanto, que, sem a greve, nada que o governo propôs ou formalizou teria ocorrido.

Deve ser ressaltado, portanto, que a principal conquista da greve foi a própria luta, fundada na unidade da categoria, na solidariedade com os demais segmentos que também estiveram em luta. Para isso temos o sindicato. E os ataques que ele recebeu e continua recebendo da parte do governo e de seus agentes no interior das universidades são ataques ao conjunto da categoria. A unidade conquistada na luta é o que nos dá a certeza de que seremos capazes de enfrentar os desafios que se apresentarão no próximo período.

O governo respondeu às nossas reivindicações de acordo com suas políticas para a reforma de Estado e particularmente para a Educação, as quais não contemplam os princípios fundamentais de nossa pauta, como a isonomia entre as duas carreiras hoje existentes e a paridade entre ativos e aposentados. A divisão entre as duas carreiras e das negociações, com a exclusão, mais uma vez, do ANDES-SN da participação nas negociações referentes aos professores da carreira de 1º e 2º graus, antecipa na prática sua proposta de reforma sindical, e é uma das expressões de sua política educacional, apontando para as dificuldades que teremos para a defesa da carreira única.

A exclusão do ANDES-SN e de seu CNG de tais negociações foi utilizada pelo governo também para facilitar que, mais uma vez, se consubstanciasse um acordo rebaixado para os professores da carreira de 1º e 2º graus entre MEC e SINASEFE. No entanto, os acordos de 2004 e deste ano contemplam a paridade com a instituição da GEAD, e o reajuste em 2006 será linear. Isto é, não haverá diferenciações como ocorre como o previsto no PL para os professores da carreira do ensino superior. O rebaixamento, tanto em 2005, quanto em 2006, é em relação à remuneração total. Como o resultado do acordo com o SINASEFE não é conclusivo, não se sabe ainda exatamente como e em que meses as medidas serão implementadas.

O PL que traz as medidas que serão tomadas no próximo ano pelo governo em relação aos docentes da carreira do magistério do ensino superior não é resultado de acordo, mas do rompimento unilateral das negociações por parte do governo. O conteúdo do PL é a formalização de proposta reiteradamente rejeitada pelas assembleias de greve por não atender aos princípios da paridade e da isonomia e por estabelecer reajustes diferenciados, e carrega uma perversidade a mais ao revogar a Lei 8.243/91, abrindo, até mesmo, a possibilidade de redução salarial. Somente a criação da classe de professor associado corresponde a uma reivindicação da pauta. Apesar de a GED não ter mais, na prática, caráter produtivista, o governo insiste em não pagá-la integralmente aos aposentados e pensionistas, na linha da política da reforma da previdência, apesar de o desrespeito à paridade ser institucional. No que toca à paridade, o MEC continua insistindo em sua tese de aproximação

paulatina do pagamento integral da GED aos aposentados e pensionistas. A insistência no aumento do incentivo de titulação enquanto centralidade da proposta do governo é demagógica, na medida em que a titulação já é bem valorizada na composição atual da malha salarial. Ao não propor este aumento de incentivos para os professores da carreira de 1º e 2º graus, o governo demonstra, mais uma vez, seu posicionamento discriminador e contrário à carreira única.

Todos os elementos acima deverão estar presentes nos debates de avaliação e nas discussões dos desafios do próximo período.

CRÉDITO: ANDES-SN



O movimento de greve foi capaz de madura e responsabilmente definir, com o objetivo de desbloquear as negociações, no momento certo, a concentração em torno de reivindicações prioritárias que pudessem garantir os princípios da isonomia e da paridade, com reajuste igual para todos.

Os desafios que se apresentam para o setor dos docentes das IFES estão em dois eixos, no que se refere à campanha salarial.

Um diz respeito à unidade dos servidores públicos federais. Em 2006, deveremos dedicar grande esforço na rearticulação das entidades da CNESF e da bancada sindical para, com unidade, construir uma campanha salarial que enfrentará, como já anunciado, uma situação de intransigência ainda maior por parte do governo e de aprofundamento de sua política econômica.

O outro diz respeito à continuidade da luta pela valorização do trabalho docente, com a atualização da pauta de reivindicações a partir da situação resultante da greve que, enfatizamos, ainda não está totalmente definida. Esta atualização deverá manter os mesmos princípios que fundamentam a pauta de 2005: a defesa do caráter público da universidade, a gratuidade, da garantia de financiamento público para o ensino, a pesquisa e a extensão, em defesa da expansão do ensino superior público com qualidade, com contratações que garantam a reposição do número de vagas hoje existentes e para a expansão e, contra toda e qualquer forma de discriminação remuneratória e de direitos entre os professores, o que implica combate a todas as formas de precarização do trabalho docente.

A greve reafirmou a importância do sindicato como instrumento autônomo de luta e independente. O ANDES-SN se manterá como o espaço democrático de representação sindical de toda a categoria, com unidade e com respeito à diversidade de pensamentos.

A luta continua na defesa da Universidade Pública e Gratuita e pela Valorização do Trabalho Docente!

[*] É importante lembrar que os recursos que o governo despenderá serão inferiores, pois inclui nos cálculos despesas que não efetua, como suas contribuições ao PSS, e as que desconta do servidor, sem mencionar que haverá retorno pelo desconto do IR dos servidores.

FONTE: Comunicado do CNG/ANDES-SN nº 46, de 19/12/05

NOTA PÚBLICA DO ANDES-SN:

Resposta às inverdades sobre o encerramento da greve unificada das IFES

O ANDES-SN vem a público contestar, veementemente, o conteúdo do informe no portal do MEC, datado de 19/12/05. Nesse comunicado, afirma-se que “O indicativo de volta ao trabalho do comando nacional de greve foi ratificado pelos professores universitários. O Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) informou, em 19 de dezembro, que todos resolveram aceitar a proposta de reajuste do Ministério da Educação, com exceção daqueles da Universidade Federal de Sergipe”. E acrescenta: “Chegamos a um ponto de impossibilidade de manter o movimento, comentou a presidente do ANDES, Marina Barbosa Pinto”.

O MEC, durante todo o período da greve, teve papel arrogante, antidemocrático, muito distante do que vem apregoando. Senão vejamos: o Comando Nacional de Greve/ANDES-SN foi recebido somente após 35 dias de greve; a proposta monocórdica apresentada pelo governo foi sistematicamente rejeitada pelas assembleias da categoria; a ruptura unilateral da negociação pelo MEC, sob o argumento de que o limite de recursos disponíveis era de R\$500 milhões. O curso dos acontecimentos evidenciou as manobras do governo: a questão nunca foi financeira.

Incapaz de dialogar e negociar, o MEC enviou ao Congresso Nacional Projeto de Lei transferindo à esfera legislativa a responsabilidade sobre o reajuste. Além disso, tal PL é diferente do anunciado pelo MEC, podendo, dessa forma, trazer prejuízos ainda maiores para todos os docentes.

Os princípios centrais das reivindicações dos docentes foram centrados na isonomia entre as carreiras de 1º e 2º grau e do ensino superior e a paridade entre ativos, aposentados e pensionistas, para 2005. Para o 1º e 2º grau, o MEC negociou em separado, excluindo o ANDES-SN, que tem em sua base aproximadamente 7 mil professores de 1º e 2º graus; para os aposentados, altera a pontuação da GED de 91 para 115 pontos, (em julho/06!) longe dos 140 pontos que dariam a paridade com os professores da ativa. Os recursos arrancados (R\$650 milhões)

seriam suficientes para atender aos docentes, se na conta o governo excluísse “os gastos” com a seguridade social e o imposto de renda, recursos estes apenas contábeis, já que retornam aos cofres públicos. O governo poderia, ainda, atender aos docentes, mesmo que incluísse esses recursos contábeis na conta dos R\$650 milhões, se acrescentasse os R\$170 milhões que gastará com o 1º e 2º graus. Atenderia, sim, aos docentes, nas suas reivindicações históricas de isonomia e paridade.

Não é preciso dizer que do festival de gastos visando à reeleição uma cota bem pequena atenderia às reivindicações dos docentes. Não é preciso ir muito longe: na convocação extraordinária recente do Congresso serão gastos R\$100 milhões!

O governo não quis atender, preferiu dialogar nos bastidores com seus aliados, sem transparência e traiçoeiramente. Agora, não diga o MEC que os docentes aceitaram a sua proposta.

Não houve aceite nem acordo! O Movimento Docente continuará firme na denúncia das manobras do governo e do PL que trará prejuízos para a categoria.

Os docentes, após 112 dias, suspenderam a greve e acumulam forças para os embates de 2006. Irão à luta pela carreira única, objetivando manter coesa sua base de 1º, 2º e 3º graus. Continuarão o embate pela paridade entre ativos e aposentados. Estarão firmes pela incorporação das gratificações e, sempre, na defesa da universidade pública e gratuita como artífice principal da democracia e da liberdade para todos os brasileiros.

20 de dezembro de 2005
Diretoria do ANDES-SN

CRÉDITO: ANDES-SN



CARTA EXPLICATIVA:

O que você precisa saber sobre a greve das Universidades Públicas brasileiras, e a mídia de grande circulação não divulga

A mais longa greve das Universidades Públicas Federais no Brasil chegou ao fim em dezembro de 2005. Por mais de cem dias, professores, servidores técnico-administrativos e estudantes paralisaram suas atividades em defesa da Universidade Pública. Na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, a greve docente teve início em 6 de outubro e se estendeu até o dia 19 de dezembro, e a dos técnico-administrativos compreendeu o período de 24 de agosto a 1º de dezembro passado.

Os prejuízos causados à carreira e a perda do poder aquisitivo, ocasionada pelos baixos salários, têm sido uma preocupação comum aos professores e técnico-administrativos nos últimos anos. Lembramos que no primeiro semestre de 2005, o governo federal anunciou um reajuste de 0,1% para todos os funcionários públicos – percentual que está longe de repor os prejuízos causados pela inflação. Além das perdas salariais dos docentes e técnicos, a Universidade Pública também tem sofrido com a não reposição de vagas decorrentes de aposentadorias desses dois segmentos, assim como com a falta de investimentos federais em pesquisa e em infraestrutura.

Este descaso do governo com a Universidade Pública não é à toa, pois reflete o interesse do Estado em não arcar com as despesas decorrentes do ensino público, atendendo às determinações do Fundo Monetário Internacional (FMI). Entre as diretrizes do capital externo está a aprovação da Reforma Universitária, combatida, veementemente, pelos três segmentos da UFRRJ e em demais Instituições Federais do Ensino Superior (IFES) do País. Entendemos que é preciso resistir e lutar contra a privatização das Universidades Públicas e contra todas as medidas que ameaçam o ensino gratuito de qualidade.

A greve é, então, um instrumento legítimo de luta da classe trabalhadora, e foi a partir da paralisação das atividades que muitos profissionais conquistaram benefícios e direitos históricos – hoje também ameaçados pelas Reformas Trabalhista e Sindical do atual governo.

Nossa greve foi consequência das atitudes do governo Lula, que há muito “tem enrolado” a classe trabalhadora, procurando, inclusive, desmoralizá-la frente à opinião pública, divulgando, na mídia de grande circulação, uma versão distorcida ou errônea dos fatos.

Em relação à paralisação das atividades dos professores, vale lembrar que o Comando Nacional de Greve do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) somente foi recebido pelo governo após decorridos 35 dias de greve. Entre inúmeras atitudes desleais, o MEC também excluiu o ANDES-SN das negociações com o SINASEFE (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional) – que representa docentes e técnicos do 1º e 2º grau, firmando um acordo em separado, pelo qual prometeu um reajuste linear de 12% no vencimento básico, em 2006, para os docentes de ensino médio e fundamental.

Durante as chamadas “negociações” com o ANDES-SN, o governo impôs o que quis – apesar da oposição do Sindicato Nacional – com efeitos financeiros a serem aplicados somente em 2006, apesar da luta pela reposição inflacionária de 2005. A pauta de reivindicações docente – que inclui a incorporação das gratificações existentes, que representam a maior parte dos salários, e o reajuste de 18% para professores com qualquer titulação, assim como aposentados – foi apresentada ao governo no dia 6 de julho de 2005. Até 30 de agosto, data da deflagração da greve nacional, o MEC não se havia manifestado a respeito das reivindicações dos professores. Apenas em outubro o Ministério da Educação formalizou uma proposta que, com poucas alterações, permaneceu a mesma durante toda a greve e foi rejeitada pelas seções sindicais do ANDES-SN.

O MEC tratou com descaso a contraproposta apresentada pelo Sindicato Nacional dos Docentes, e, autoritariamente, rompeu a negociação com o CNG/ANDES-SN, apresentando um Projeto de Lei ao Congresso. Não houve acordo entre o governo e o ANDES-SN. Os termos do PL – que determina o reajuste do salário docente para os próximos anos – não foram aceitos pelos professores, já que o PL reúne as propostas rejeitadas pela categoria. Entre as propostas refutadas está o índice do reajuste salarial, que será de 9% ao longo dos quatro anos de governo Lula, contra os 18% lineares solicitado pela classe docente.

Quanto ao segmento técnico-administrativo – que é representado pela FASUBRA (Federação dos Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras) – a principal reivindicação era a implantação da segunda etapa do Plano de Carreira, envolvendo níveis de capacitação e incentivos ao aperfeiçoamento e à qualificação profissional. A implementação do Plano de Carreira – que, na forma como está, também não satisfaz plenamente as reivindicações da categoria – foi uma promessa do governo federal em decorrência da greve dos servidores, em 2004. Contudo, na hora de cumprir tal acordo, o governo alegou que não tinha os recursos para realizá-lo, e, por isso, os técnico-administrativos realizaram a greve passada.

Assim como os professores, os técnicos também reivindicavam o reajuste linear de 18% para a categoria – o que não receberam. Também reivindicavam a resolução imediata do Vencimento Básico Complementar (VBC), o que o governo não acatou. Com a manutenção do VBC, a maior parte da categoria vai ficar sem qualquer reposição salarial. O MEC prometeu o repasse de R\$ 250 milhões para implementação do Plano de Carreira dos trabalhadores em 2006 – o que não contentou a categoria, porque este montante não atende às necessidades de implementação do Plano de Carreira. Como o valor disponibilizado pelo governo não é suficiente, os técnico-administrativos e os representantes do Ministério da Educação e, possivelmente, do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) vão, mais uma vez, dialogar na interminável Mesa de Nacional de Negociação Permanente (MNNP).

O MEC dispensou o mesmo tratamento aos técnicos e aos professores durante a greve em curso, procurando vender a imagem de que negociava com os segmentos, quando, na verdade, ignorou as reivindicações das categorias. Durante a greve, houve muita pressão – na forma de atividades de mobilização, caravanas à Brasília, denúncia dos descasos do governo com a Universidade Pública à sociedade – por parte dos representantes desses segmentos. Mesmo assim, o MEC fez pouco caso e desmarcou reuniões com os Comandos Nacionais de Greve, não compareceu aos encontros agendados e conduziu as “negociações” com morosidade. Apesar dos poucos ganhos econômicos, professores e técnico-administrativos consideram que a greve foi vitoriosa politicamente, porque os trabalhadores não abriram mão de seus princípios e resistiram aos ataques do governo.

CRÉDITO: ANDES-SN



Em relação aos estudantes, vale ressaltar que em muitas Universidades houve forte adesão dos alunos à greve dos professores e técnicos. Apesar de a União Nacional dos Estudantes (UNE) ter-se posicionado, publicamente, a favor da pauta específica do movimento de greve, na prática, esse apoio não se concretizou. Em algumas Universidades, como a Federal Fluminense (UFF), a Direção Majoritária da UNE aliou-se ao Movimento anti-greve.

Contudo, muitos Diretórios Centrais dos Estudantes (DCE) do País realizaram atividades unificadas com os Comandos Locais de Greve dos técnicos e dos professores em prol do cumprimento de suas reivindicações. As Universidades de Lavras (MG), Alagoas, Brasília, Santa Catarina e a UFF são exemplos de instituições nas quais houve forte mobilização estudantil, por meio de ocupações de Reitorias, enfrentamentos e fechamento de portões. No caso da UFF, tais atitudes geraram ganhos concretos, como o aumento do valor da bolsa de treinamento e a manutenção do preço do Restaurante Universitário em R\$0,70 (setenta centavos) e não R\$2,50 (dois reais e cinquenta centavos), como a administração da Universidade desejava.

Os estudantes da UFRRJ não fizeram greve, mas muitos deles apoiaram as reivindicações dos outros dois segmentos, por entenderem que professores e técnicos lutavam para que a Universidade Pública permaneça sendo um referencial de ensino, pesquisa e extensão. Os alunos da Rural, há muito, reivindicam melhorias imediatas no acervo da biblioteca, na alimentação servida no bandejão, na segurança do Campus e na infra-estrutura da Universidade – o que inclui laboratórios, salas de aula, posto médico e alojamentos.

Por isso, é tão importante que, todos juntos, nos mobilizemos em defesa da Universidade Pública – um patrimônio da sociedade brasileira, e que, como tal, deve ser preservado. É muito importante contarmos com você, que faz parte da Comunidade Universitária, para juntos lutarmos pela garantia do padrão de excelência em ensino, pesquisa e extensão da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro! Pense nisso!

ADUR-RJ S. SIND, SINTUR e DCE.
UFRRJ, 17 de janeiro de 2006.

Calendário de atividades do ANDES-SN

14 e 15/1/2006 - Reunião do Setor das IFES -
Instituições Federais de Ensino Superior
Local: Brasília

16/1/2006 - Reunião do Grupo de Trabalho de
Etnia, Gênero e Classe
Local: Brasília

17/1/2006 - Seminário sobre Políticas de cotas, ações afirmativas e a expansão
do acesso à educação pública: formas emergenciais de acesso e garantia de
permanência de negros, índios e estudantes de baixa renda no ensino
fundamental, médio e superior.
Local: Brasília

18 a 22/1/2006 - Reunião de Diretoria do ANDES-SN
Local: Brasília

5 a 10/3/2006 - 25º Congresso do ANDES-SN - “Financiamento Público:
garantia de direitos sociais e de democracia”.
Local: Cuiabá (MT)



NOTÍCIAS:

Ensino superior cresce, mas salário diminui

Participação de universitários no mercado avança e renda cai, mas diferença de ganho para o ensino médio sobe

O aumento da oferta de mão-de-obra mais qualificada no mercado de trabalho pode ser constatado a partir dos dados do Ministério da Educação. Foi justamente no ensino médio e no nível superior, os dois níveis de escolaridade que mais perderam renda de 1995 a 2004, em que houve a maior alta no número de concluintes no mesmo período. Em números absolutos, o crescimento mais expressivo foi o do ensino médio. O Censo Escolar de 1995 indicava que o país formou, na época, 917 mil pessoas no ensino médio. Nove anos depois, o censo de 2004 mostrava que esse contingente havia dobrado, e as escolas haviam formado 1,9 milhão de brasileiros com diploma desse nível de ensino. O crescimento no número de concluintes de nível superior foi menor em termos absolutos, mas ainda mais expressivo em termos proporcionais.

Em 1995, segundo o Censo da Educação Superior, as universidades deram diploma a 246 mil estudantes. Em 2004, esse contingente pulou para 627 mil, uma variação de 155%. As tabulações do Cebrap mostram que foram os trabalhadores com esses níveis de escolaridade que mais perderam renda de 1995 a 2004. A renda média dos que completaram o ensino médio caiu 36%, ao passar de R\$ 1.335 para R\$ 857. A segunda maior queda foi verificada entre os trabalhadores que possuíam nível superior. A renda, que era de R\$ 3.291 em 1995, caiu para R\$ 2.342 em 2004, uma queda de 29%. Mas, como a queda dos trabalhadores de nível médio foi maior do que a dos com ensino superior completo, a distância entre esses dois trabalhadores só aumentou. Em 1995, os diplomados do ensino superior tinham renda 147% maior do que os com nível médio apenas. Em 2004, essa diferença aumentou para 173%.

O aumento dessa diferença entre os rendimentos dos com ensino superior completo e os que só têm o nível médio também pode ser explicada pela maior oferta de empregos em setores que pagam salários melhores e que demandam profissionais com maior nível de escolaridade. É o caso, por exemplo, da indústria, das áreas de educação e saúde e do funcionalismo público, que ganham participação no total de trabalhadores. Em 1995, 13,9% da força de trabalho do país estava na indústria. O percentual declinou ao longo do tempo, em 1999 e recuperou-se nos anos seguintes, até chegar a 14% em 2004 - mais alta marca desde 1993.

Administração pública

Também cresceu a participação da administração pública no emprego – de 4,8% em 1995 para 5% em 2004. Mas o maior ganho ocorreu nas atividades de educação e saúde, cujo peso no total do emprego saltou de 7,7% em 1995 para 8,9% em 2004.

Os dados mostram que o emprego nesses ramos cresceu acima da média, pois esses setores ganham relativamente peso em detrimento de outros. Na contramão desse movimento, as atividades agrícolas, com menores remunerações e menos qualificação profissional, perderam espaço na estrutura do emprego no país. Em 1995, 28,4% dos trabalhadores eram ligados à agricultura ou à pecuária. A cifra baixou para 19,9% em 2004.

FONTE: Jornal Folha de S. Paulo, 15/01/2006

Carta do ANDES-SN a CONLUTAS

Brasília – DF, 18 de novembro de 2005

À Coordenação Nacional de Lutas - CONLUTAS

Companheiros,

O ANDES-SN vem participando, desde o primeiro momento, da construção da CONLUTAS, entendendo-a enquanto fórum aglutinador dos trabalhadores, da juventude e dos movimentos sociais em lutas importantes e necessárias na atual conjuntura. **Em que pese tal disposição, como já expresso no 2º Encontro Nacional, o ANDES-SN só deliberará sobre sua participação no congresso da CONLUTAS em seu próprio congresso, que será realizado de 5 a 10 de março de 2006.** Até lá, nosso sindicato abstém-se de opinar sobre os temas do congresso, bem como de sua preparação, sem com isso comprometer a disposição em colaborar e participar de todas as ações de lutas nos âmbitos nacional, estadual e local.

Do exposto, comunicamos que a diretoria do ANDES-SN não estará participando dos encontros estaduais preparatórios do congresso, tampouco das reuniões que tratam dos temas do congresso.

Sugerimos, então, que as reuniões que tratam dos temas do congresso sejam convocadas especificamente para este fim, sem prejuízo das discussões sobre outros temas, particularmente as lutas, nas reuniões regulares que continuam contando com nossa ativa participação.

Solicitamos que o presente documento seja repassado para as coordenações estaduais da CONLUTAS.

Sem mais para o momento, enviamos nossas
Saudações Sindicais e Universitárias
Profª Ceres Maria Torres
2ª Secretária

ProUni oferece bolsas para cursos reprovados

BRÁSILIA. O programa Universidade para Todos (ProUni), do Ministério da Educação, oferece bolsas para estudantes de baixa renda em cursos que foram sempre reprovados no extinto Provão e no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade). Balanço feito pelo O GLOBO mostra que deverão ser concedidas, neste primeiro semestre, 1.110 bolsas em 87 cursos de graduação jamais aprovados nas duas avaliações.

São cursos que nunca conseguiram sequer um resultado regular, ficando sempre na ponta de baixo do Provão e de seu substituto, o Enade. O problema começou ano passado e se repetiu na edição de 2006 do Prouni. Na semana passada, procurado pelo O GLOBO, o MEC evitou divulgar os dados referentes à oferta de vagas em 2005.

Lei prevê desligamento após três reprovações

A lei que criou o ProUni só prevê o desligamento de cursos reprovados três vezes consecutivas no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), que substituiu o Provão. O problema é que esses resultados só estarão disponíveis, no mínimo, a partir de 2009, prazo suficiente para já terem formado os estudantes selecionados agora pelo Prouni.

Na relação dos cursos reprovados e ainda assim beneficiados estão faculdades de administração, direito e engenharia civil que receberam os mais baixos conceitos em oito edições sucessivas do Provão, entre 1996 e 2003. Nas de ciências contábeis, apenas duas reprovações, pois essa área só foi avaliada em 2002 e 2003.

Cursos que melhoraram ficaram fora da pesquisa

Dos 87 cursos reprovados que fazem parte do ProUni, apenas quatro de fonoaudiologia e dois de enfermagem tiveram mau desempenho também no Enade. Os demais pertencem a áreas ainda não submetidas ao novo exame ou cujos resultados não foram divulgados. Os cursos de enfermagem foram reprovados duas vezes no Provão e uma no Enade. Os de fonoaudiologia, uma vez em cada teste.

O levantamento não contabilizou cursos reprovados apenas no Enade ou uma única vez no Provão. Ficaram de fora também cursos sempre reprovados no Provão, mas que melhoraram no Enade.

— A bolsa é positiva, mas abrir vagas em cursos com avaliação negativa pode ser um blefe contra o aluno e a Receita Federal — diz o presidente da Comissão de Educação da Câmara, Paulo Delgado (PT-MG).

O ProUni dá bolsas integrais e parciais a estudantes de baixa renda em universidades particulares. Negros e índios são beneficiados por cotas. Em troca, as instituições ganham isenções fiscais. Em seu segundo ano, o programa é elogiado até pela oposição e será uma das realizações que o governo Lula terá para mostrar na campanha da reeleição. Em 2005, foram atendidos 112 mil estudantes e, neste primeiro semestre, deverão ser matriculados mais 91.100.

— O ProUni é uma idéia boa, mas a execução é falha. Se o sentido é permitir que o estudante mais necessitado obtenha qualificação pelo saber, e o saber é ofertado em cursos de péssima qualidade, há uma contradição. Repetese aí o erro de governos anteriores — diz o secretário-geral do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Cezar Britto.

Até mesmo a União Nacional dos Estudantes, que sempre pregou boicote ao Provão, estranha que o programa ignore as avaliações oficiais.

— O ProUni deveria ter critério mais rígido de seleção. O governo está dando legitimidade a cursos que sempre tiveram maus resultados — diz o presidente da UNE, Gustavo Petta.

Bolsas representam 1% das vagas oferecidas

As 1.110 bolsas representam apenas 1% do total de 91.100 vagas oferecidas pelo ProUni neste semestre. Para o presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior, Gabriel Mário Rodrigues, esse número é

insignificante e não compromete em nada o ProUni:

— O Provão e o Enade são avaliações que precisam ser confirmadas no tempo. Ainda faltam dados mais firmes que o sistema (de avaliação) não pode dar — diz Rodrigues.

No programa de crédito educativo, o Ministério da Educação proíbe a liberação de empréstimos para estudantes de cursos reprovados nas três últimas edições do Provão. A medida foi adotada em 2004 pelo então ministro Tarso Genro, numa tentativa de frear a liberação de recursos para instituições com cursos de má qualidade.

O presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, Edson Nunes, destaca que o Brasil vive um hiato entre dois sistemas de avaliação. Para Nunes, pró-reitor da Universidade Cândido Mendes, o ProUni pode, além de abrir portas para estudantes pobres, melhorar a qualidade da educação:

— Essa é uma reflexão que não se fez ainda devidamente e agora é a hora oportuna.

No Rio, serão concedidas 202 bolsas

Dos 87 cursos sempre reprovados no Provão e que fazem parte do ProUni, 13 ficam no Rio de Janeiro. Juntos, oferecem 202 bolsas para ingresso neste semestre. O curso de direito da Faculdade Brasileira de Ciências Jurídicas, no Rio, é responsável individualmente pelo maior número de vagas: 68, todas elas de bolsas integrais, ou seja, 100% gratuitas para os estudantes.

Outras três instituições fluminenses também participam do ProUni com bolsas de direito: Centro Universitário Barra Mansa, Centro Universitário Metodista Bennett e Universidade Gama Filho. Em comum, seus cursos jurídicos têm o recorde de sempre terem tirado conceitos D e E no Provão, o que significa reprovação por oito anos, entre 1996 e 2003.

Pró-reitor acha inadequado misturar resultados

Balanço feito pelo O GLOBO com base nos resultados do Provão mostra que, em todo o país, apenas seis instituições tiveram desempenho tão ruim. Em engenharia civil, o Centro Universitário Geraldo di Biase, em Volta Redonda, igualou o número de oito reprovações no Provão. O pró-reitor acadêmico, Osvaldir Denadai, no entanto, considera inadequado misturar os resultados do Provão com o ProUni.

— Eu ofereço o curso. Se a avaliação é negativa, fica a critério do aluno fazer ou não — diz Denadai, afirmando que 173 estudantes se inscreveram para disputar as seis bolsas de engenharia civil.

Os demais cursos do Rio são: Faculdade de Engenharia Souza Marques (engenharia mecânica); Abeu; Faculdades Integradas Padre Humberto; Faculdade de Economia e Finanças do Rio de Janeiro e Faculdade Gama e Souza; Faculdades Integradas de Jacarepaguá (ciências contábeis); Escola de Enfermagem da Fundação Técnico-Educacional Souza Marques (enfermagem); e Universidade Iguazu (fonoaudiologia). ■

FONTE: Por Demétrio Weber, do Jornal O GLOBO, 8/01/06

EXPEDIENTE

ADUR INFORMA — PUBLICAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRRJ

ENDEREÇO: RODOVIA BR 465, KM 7 — CAMPUS DA UFRRJ — SEROPÉDICA, RJ.

CAIXA POSTAL: 74.537 — CEP: 23.851-970.

TELEFAX: (21)2682-1379 OU (21)2682-1005. E-MAIL: ADURRJ@ADUR-RJ.ORG.BR

CONSELHO EDITORIAL: ABNER CHIQUIERI, ADIVALDO HENRIQUE DA FONSECA, CÉLIA REGINA OTRANTO, FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA, FREDERICO JOSÉ FALCÃO, LENÍCIO GONÇALVES E LUIS MAURO SAMPAIO MAGALHÃES.

REDAÇÃO E DIAGRAMAÇÃO: ALINE PEREIRA (REG. PROFISSIONAL 25163 MTB)

FOTOLITO E IMPRESSÃO: TIPOLOGICA COMUNICAÇÃO INTEGRADA

TIRAGEM: MIL EXEMPLARES

This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.